

# Economia

& negócios

notícias



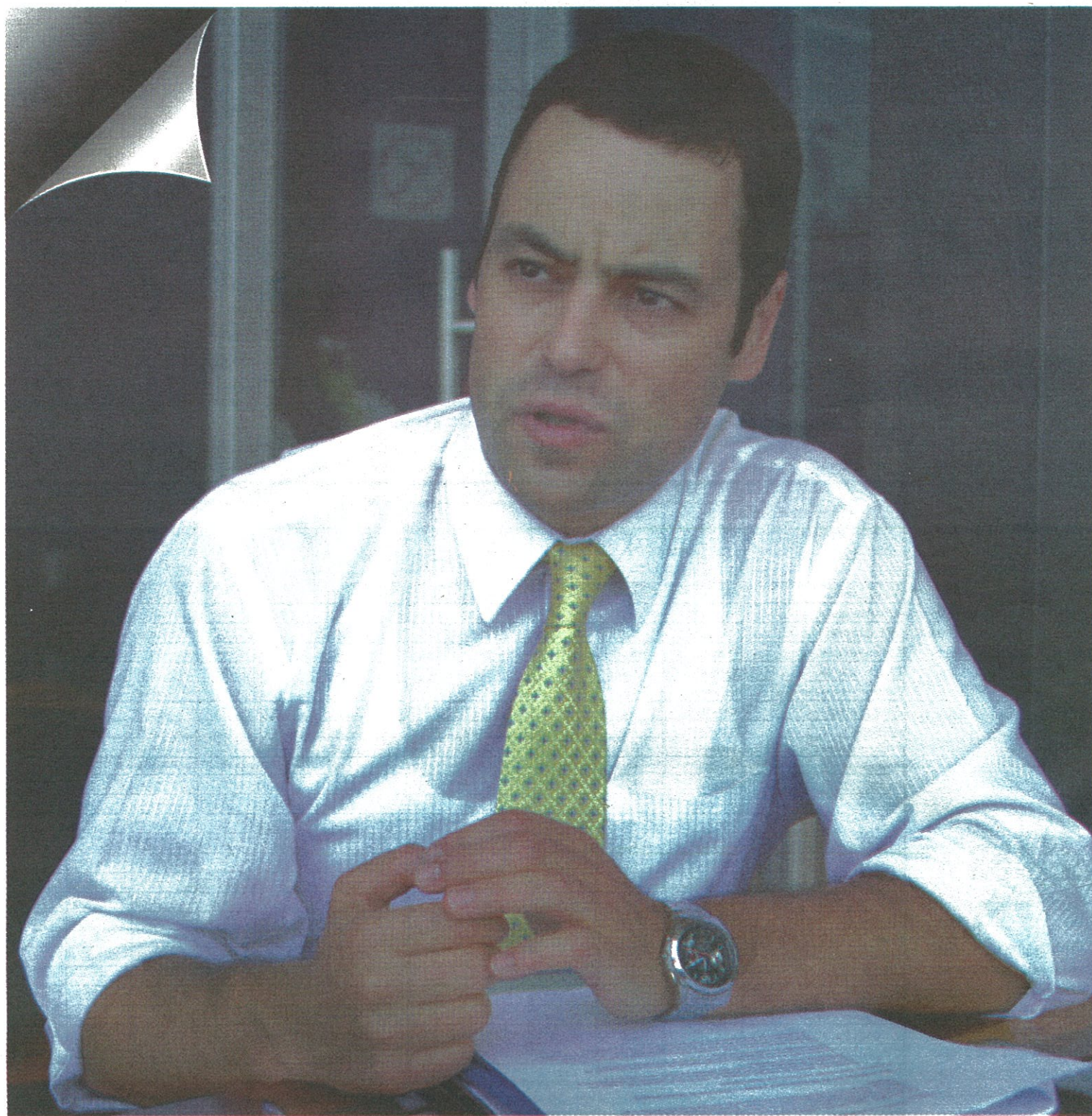
Para trabalhos  
tipográficos  
contacte a nossa  
tipografia

Av. Mohamed Siad Barre  
n.º 424 - Telefones:  
420094/424118;  
MAPUTO

Este suplemento faz parte do jornal "Notícias" do dia  
28 de Março de 2014, pelo que não deve ser vendido separadamente.

**ALEX SEGURA, REPRESENTANTE-RESIDENTE  
DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NO PAÍS**

## FMI sugere gestão apurada de receitas



FINANÇAS

### BIM eleito melhor banco

O MILLENNIUM bim foi, mais uma vez, reconhecido pelo seu desempenho no sector bancário moçambicano, tendo conquistado pela quinta vez consecutiva o prémio "Melhor Banco de Moçambique 2014". O galardão é atribuído anualmente pela revista "Global Finance", considerada como uma referência internacional no que respeita a informação dos mercados financeiros e análise do sector bancário.

De referir que recentemente, no âmbito do programa de Responsabilidade Social o Millennium bim inaugurou um fontanário que garante água com qualidade às comunidades de Inhabirira e Chikezana, do distrito de Búzi, na província de Sofala.

Com esta inauguração, o Millennium bim junta-se às comemorações do Dia Mundial da Água, que se celebraram a 22 de Março, e onde, por todo o mundo, são assinaladas várias actividades para alertar e dignificar a importância deste recurso natural.

NEGÓCIOS

### Standard edifica agência em Pemba

No prosseguimento da sua estratégia de expansão e modernização de agências, o Standard Bank vai edificar uma nova agência, na cidade de Pemba, concretamente no bairro Cariató.

A primeira pedra para a materialização deste projecto foi lançada, recentemente, numa cerimónia, que contou com a participação do presidente do Conselho de Administração do Banco, Tomaz Salomão, do Administrador Delegado, António Coutinho, da directora do Banco de Moçambique, Maria Guilhermina, do vereador para o Pelouro das Finanças do Conselho Municipal de Pemba, Moniz Hassam, entre outras personalidades e convidados.

A construção da referida agência enquadra-se, também, no âmbito das celebrações dos 120 anos de implantação desta instituição financeira em Moçambique e visa proporcionar um espaço de atendimento mais acolhedor, próximo dos clientes e ainda fazer crescer o negócio do Banco, satisfazendo as necessidades dos clientes, com maior eficácia.

Intervindo na ocasião, Tomaz Salomão disse que o projecto de construção da nova unidade bancária em Pemba, visa igualmente dar resposta aos recorrentes apelos do Banco de Moçambique para a expansão dos serviços bancários, bem como incentivar a poupança no seio das famílias moçambicanas.

# Gestão de receitas é vital

PAULO DA CONCEIÇÃO |

**M**OÇAMBIQUE vai beneficiar, nos próximos anos, de importantes receitas associadas à exploração de recursos naturais como gás e carvão. A experiência internacional mostra que uma boa gestão dessas receitas é fundamental para permitir que a econo-

oportunidade para crescer, salvaguardando, contudo, que o desafio também é grande.

"O País vai ter que se dotar de ferramentas para decidir que parte dessas receitas deve ser investida no presente, em novos projectos de investimento e que parte deve ser poupada para as futuras gerações, para

ção também compreenda que essas receitas podem ser muito positivas, mas que os benefícios ainda vão demorar alguns anos para chegar", disse.

Na entrevista, Alex Segura defende, igualmente, que Moçambique deve continuar a manter uma taxa elevada de crescimento,

de ferramentas podem ajudar a tomar as melhores decisões em termos de gestão desses recursos; como modernizar os instrumentos de gestão de política monetária para manter as taxas de inflação a níveis reduzidos e permitir um maior impacto nas decisões sobre as taxas de juro do Banco Central e as taxas

alguns riscos para a sustentabilidade da dívida?

**A.S.** - Compreendemos muito bem que há uma necessidade enorme de expansão do programa de investimento público em Moçambique; há necessidades em múltiplos sectores como Saúde, Educação, Água e Saneamento, Energia, Estradas, pelo que o País tem que continuar com um programa de investimento público ambicioso.

Agora, a nossa chamada de atenção ao Governo é no sentido de se estar cientes e seguros que esses projectos de investimento públicos sejam submetidos aos mesmos critérios de avaliação e estarmos seguros que tenham os impactos esperados.

O país tem feito um esforço importante com a criação do Programa Integrado de Investimento Público. É também verdade que a dívida de Moçambique ainda não é preocupante, mas está com uma tendência crescente e a questão que se coloca é que a partir de agora o endividamento adicional deveria ser para projectos com uma alta taxa de rendimento económico.

Moçambique precisa de técnicos qualificados que vão preparar bons projectos de investimento público e de instituições capazes de fazer uma monitoria adequada dos mesmos, bem como de um sistema de avaliação do impacto para determinar se deve haver alguma alteração na estratégia.

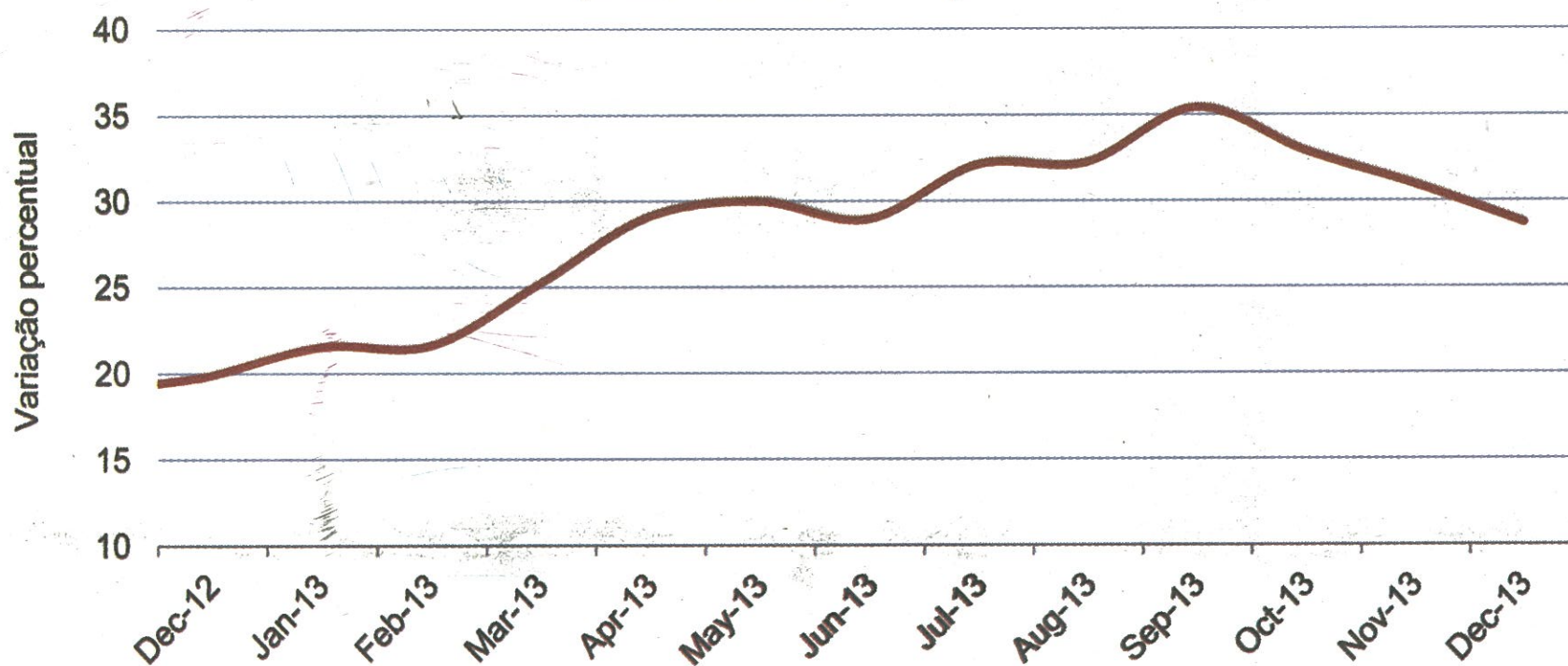
**Not. - Há uma previsão do aumento do défice fiscal com tendência a não ser sustentável a médio prazo. Como evitar comprometer os objectivos macroeconómicos do Governo?**

**A.S.** - 2014 será um ano particular onde o défice será relativamente elevado, provavelmente de 9.5 do Produto Interno Bruto (PIB) e é um défice que não é sustentável a médio prazo e, sendo assim, deveria ser reduzido a partir de 2015 para impedir um aumento continuado da dívida pública.

A nossa recomendação ao Governo é de tratar de duas componentes, a primeira das quais no âmbito do investimento público. O Programa de Investimento Público é muito ambicioso e o nível de investimento público já atingiu patamares muito elevados relativamente ao PIB. O Governo deve estudar se há espaço nessa rubrica de investimento público para ver se o aumento do volume de projectos pode ser mais lento. Em segundo lugar, há uma outra rubrica que tem um impacto forte sobre o Orçamento do Estado que são os salários. O País continua a ter necessidades enormes de contratação de médicos, enfermeiros, professores, por isso, achamos razoável e legítimo que o Governo precise de contratar mais funcionários e que haja ajustes salariais para permitir que os funcionários públicos continuem a manter o seu nível de vida. A nossa recomendação é que o volume total (massa salarial) ou custo total dos salários públicos deve aumentar a um nível inferior ao nível do crescimento da economia.

Felizmente, como a economia está a crescer a taxas muito fortes de 8 por cento e provavelmente 13 ou 14 por cento em termos nominais, o Governo tem espaço para reduzir as pressões sobre a massa salarial continuando com o seu programa de contratações

## Crescimento anual do crédito a economia (Dez. '12 - Dez. '13)



mia continue a crescer num nível adequado.

Em entrevista ao "Notícias", o representante-residente do Fundo Monetário Internacional no país, Alex Segura, entende, por isso, que o País dispõe de uma importante

estabilizar o Orçamento do Estado e para eventualidades de haver um choque como queda dos preços internacionais. Há que haver rigor na sua utilização. É um debate que deve ser iniciado agora para que a popula-

mas com uma maior criação de emprego e com um impacto superior sobre a redução da pobreza.

"Moçambique é líder na África Subsaariana no que respeita à taxa de crescimento económico, mas isso deve se traduzir num impacto superior na redução da pobreza e criação do emprego", afirmou.

Eis os extractos da entrevista.

**NOTÍCIAS (Not.) - Como avalia a parceria do FMI com Moçambique**

**ALEX SEGURA (A.S.)** - Temos uma relação excelente com o País e que assenta em dois pilares. O primeiro é o programa do Governo apoiado pelo PSI- Instrumento de Apoio à Políticas Económicas, onde o Governo define as suas prioridades para manter a estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais nas áreas das finanças públicas e modernização da política monetária. Aconselhamos com base em experiências colhidas noutros países e também ajudamos o Governo a definir algumas prioridades nesse âmbito.

A segunda intervenção é no âmbito da assistência técnica. Moçambique tem um programa muito desenvolvido com o FMI, onde missões do departamento de finanças públicas e de outros departamentos tratam de identificar necessidades de capacitação em múltiplas áreas. Por exemplo, procuramos ajudar o País a se preparar para a chegada dos recursos naturais identificando que tipo

de juros aplicadas pelos bancos comerciais. Assim sendo, achamos que a parceria é muito positiva e o diálogo é construtivo.

**Not. - Não sendo o PSI um programa de assistência financeira, o que é que o FMI ganha cooperando com Moçambique?**

**A.S.** - A função do FMI não é fazer lucros com os seus empréstimos, mas ajudar aos países membros a lidar com os seus problemas económicos. Nalguns casos essa ajuda se manifesta com empréstimos, quando o País precisa da nossa intervenção durante uma crise financeira, por exemplo, mas noutros casos ajudamos os países a enquadrar as suas políticas macroeconómicas para manter a estabilidade macroeconómica.

A função do FMI é precisamente ajudar os países da comunidade internacional a manter a estabilidade macroeconómica e a implementar políticas que ajudem a manter uma taxa de crescimento económico maior e nos seus esforços de redução da pobreza, etc.

É uma satisfação quando um país pedenos ou convida uma das nossas missões para avaliar, de forma independente, a sua situação e a discutir os nossos conselhos.

**Not. - A dívida pública moçambicana está a aumentar e o Governo já manifestou intenção de expandir o investimento público. Qual é a apreciação do FMI relativamente a este cenário que acarreta**



# vital para a economia

PAULO DA CONCEIÇÃO |

## alguns riscos para a sustentabilidade da dívida?

A.S. - Compreendemos muito bem que há uma necessidade enorme de expansão do programa de investimento público em Moçambique; há necessidades em múltiplos sectores como Saúde, Educação, Água e Saneamento, Energia, Estradas, pelo que o País tem que continuar com um programa de investimento público ambicioso.

Agora, a nossa chamada de atenção ao Governo é no sentido de se estar cientes e seguros que esses projectos de investimento públicos sejam submetidos aos mesmos critérios de avaliação e estarmos seguros que tenham os impactos esperados.

O país tem feito um esforço importante com a criação do Programa Integrado de Investimento Público. É também verdade que a dívida de Moçambique ainda não é preocupante, mas está com uma tendência crescente e a questão que se coloca é que a partir de agora o endividamento adicional deveria ser para projectos com uma alta taxa de rendimento económico.

Moçambique precisa de técnicos qualificados que vão preparar bons projectos de investimento público e de instituições capazes de fazer uma monitoria adequada dos mesmos, bem como de um sistema de avaliação do impacto para determinar se deve haver alguma alteração na estratégia.

Not. - Há uma previsão do aumento do défice fiscal com tendência a não ser sustentável a médio prazo. Como evitar comprometer os objectivos macroeconómicos do Governo?

A.S. - 2014 será um ano particular onde o défice será relativamente elevado, provavelmente de 9,5 do Produto Interno Bruto (PIB) e é um défice que não é sustentável a médio prazo e, sendo assim, deveria ser reduzido a partir de 2015 para impedir um aumento continuado da dívida pública.

A nossa recomendação ao Governo é de tratar de duas componentes, a primeira das quais no âmbito do investimento público. O Programa de Investimento Público é muito ambicioso e o nível de investimento público já atingiu patamares muito elevados relativamente ao PIB. O Governo deve estudar se há espaço nessa rubrica de investimento público para ver se o aumento do volume de projectos pode ser mais lento. Em segundo lugar, há uma outra rubrica que tem um impacto forte sobre o Orçamento do Estado que são os salários. O País continua a ter necessidades enormes de contratação de médicos, enfermeiros, professores, por isso, achamos razoável e legítimo que o Governo precise de contratar mais funcionários e que haja ajustes salariais para permitir que os funcionários públicos continuem a manter o seu nível de vida. A nossa recomendação é que o volume total (massa salarial) ou custo total dos salários públicos deve aumentar a um nível inferior ao nível do crescimento da economia.

Felizmente, como a economia está a crescer a taxas muito fortes de 8 por cento e provavelmente 13 ou 14 por cento em termos nominais, o Governo tem espaço para reduzir as pressões sobre a massa salarial continuando com o seu programa de contratações

públicas e de ajuste de salários, mas tem que haver uma moderação comparativamente aos ajustes que têm sido feitos nos últimos dois anos.

## EMATUM É ASSUNTO INTERNO

Not. - Parece não haver uma convergência de opiniões entre os parceiros do Governo de Moçambique, relativamente ao negócio da compra de embarcações pela empresa EMATUM. Qual é o ponto de vista do FMI?

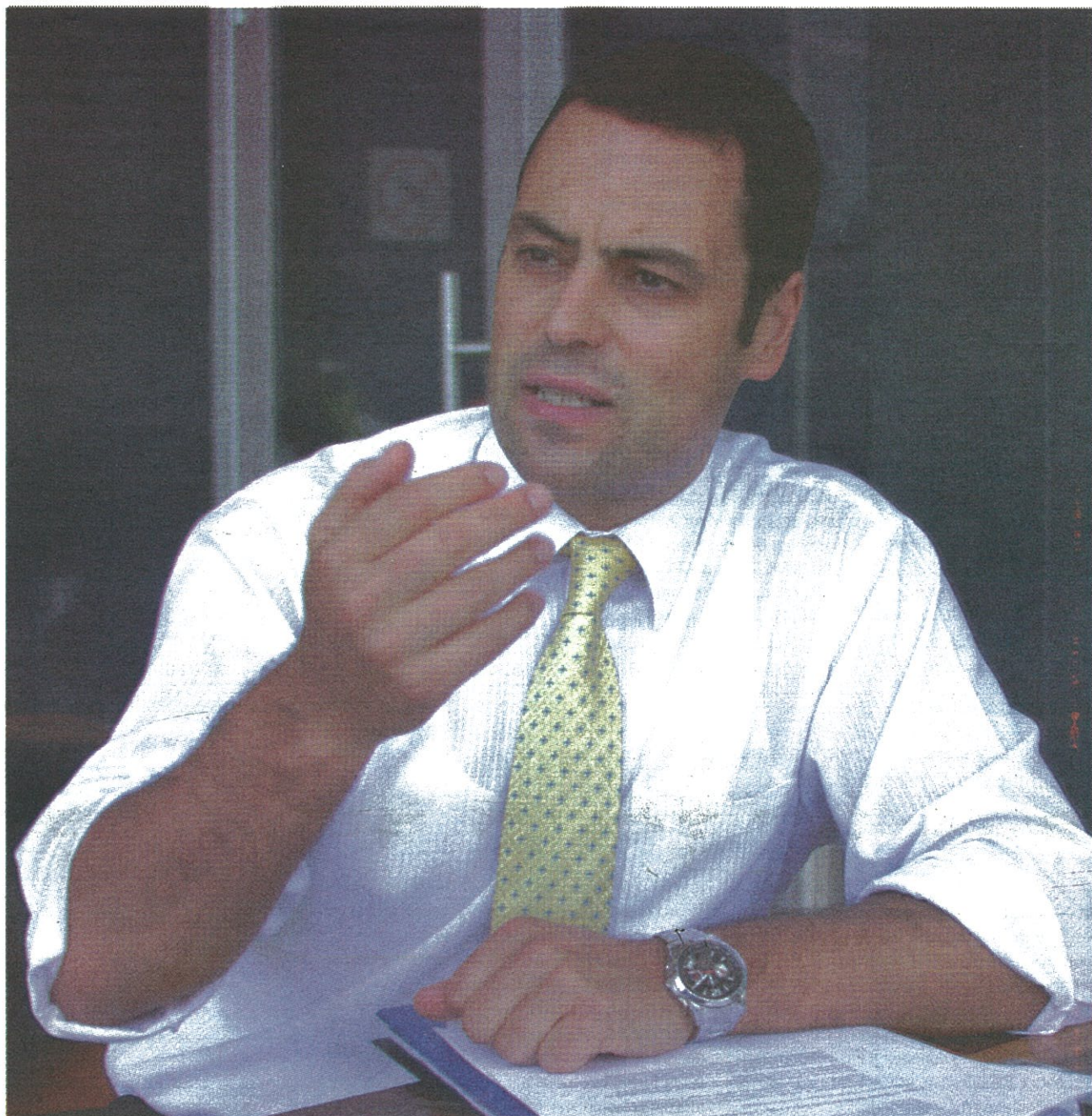
A.S. - Não entramos em discussões sobre projectos particulares, essa é uma decisão dos cidadãos, das autoridades económicas e do Parlamento.

O nosso conselho é de que os projectos prioritários do país, em particular aqueles que são financiados com recurso à dívida devem ser submetidos ao máximo rigor de transparência.

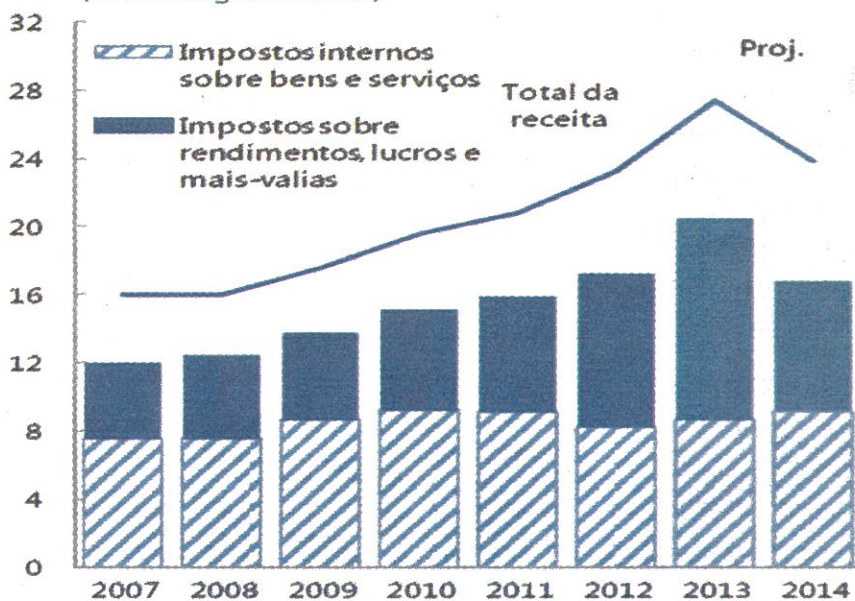
Esse não foi o caso da Ematum no início do processo e por isso houve preocupação, mas ao mesmo tempo reconhecemos os esforços das autoridades moçambicanas para dar alguma transparência às operações daquela empresa desde o mês de Dezembro, onde uma parte das operações foi incorporada no Orçamento do Estado depois de uma petição da Comissão do Plano e Orçamento e achamos que isso foi muito pertinente.

Esse episódio permitiu também criar uma percepção de que o sistema de decisões sobre políticas de investimento público pode ainda ser aperfeiçoado e deve ser melhorado, em particular, para projectos de uma magnitude importante e que são financiados com dívida pública ou com garantias do sector público.

O Governo tem estado a apresentar um plano de transparência fiscal associado também a esse projecto e então, há avanços muito significativos.



Arrecadação de receitas (Porcentagem do PIB)



Financiamento do orçamento (Porcentagem do PIB)

